



Working Paper n°11

“A Relação Família/Escola, duas realidades. Uma visão de Ecologia Humana”

Helder Martins Costa

CEPESE/NOVA de Lisboa/Instituto Segurança Social; I.P./Instituto Jean Piaget - Almada
heldercostaprof@gmail.com

10 JANEIRO 2012

RESUMO

Palavras-Chave: *Ecologia Humana, Família e Escola.*

Numa época de globalização e conhecimento, de tempos conturbados em termos sociais, em virtude da conjuntura económica, implicando directa ou indirectamente mudanças ao nível das famílias, torna-se importante conhecer as repercussões de todas estas transformações na escola. Como é evidente, cada vez mais se percebe e se dá importância à colaboração entre as famílias e a escola, tendo em vista o sucesso escolar e a formação do aluno. Contudo, essa participação dos pais é muito díspar e parece estar directamente relacionada com o nível socioeconómico e cultural dos mesmos. Será mesmo? Torna-se evidente a necessidade de perceber de que modo se pode trazer para a escola as famílias, mas é igualmente visível a necessidade de a escola descobrir as famílias e o seu meio envolvente. Este estudo, numa óptica de Ecologia Humana, parece ter o seu espaço visando, em última análise dar indicações para que o espaço de diálogo família e escola dê frutos, formando crianças e jovens capazes de construir o seu futuro de uma forma mais plena.

ABSTRACT

Keywords: *Human Ecology, Family and School.*

In a time ruled by globalization and knowledge and also by social disturbance, caused by the economical context, which directly or indirectly changes family patterns, it becomes important to be aware of the repercussions of those changes in school. It is quite obvious that the cooperation between family and school is getting more and more relevant to children's success and education. Yet, parents' participation in school activities is various and always related to their social, economical and cultural level. It is also quite clear that it is necessary to find out new ways of bringing families into school, as much as to know them and their social environment. Accordingly, the present study, developed in the perspective of Human Ecology, becomes relevant as it aims at pointing directions towards a successful relationship between families and school, thus helping children and youngsters to grow up more capable of fully building their own future.

“Todas as disciplinas e profissões, tanto no campo das ciências como no das humanidades, estão ávidas por encontrar na área da ecologia humana um campo comum de encontro”.

Odum 2001:812

O actual working paper surge a partir da dissertação de doutoramento “Relação Família/Escola – duas realidades. Uma visão de Ecologia Humana. Estudo de Caso”, e pretende ser um resumo suficientemente claro e objectivo sobre a relação família-escola em duas realidades diferentes de ensino numa

mesma freguesia densamente habitada numa perspectiva como refere o título do estudo de ecologia humana.

Assim, numa época de globalização e conhecimento, de tempos conturbados em termos sociais, em virtude da conjuntura económica, implicando directa ou indirectamente mudanças ao nível das famílias, torna-se importante conhecer as repercussões de todas estas transformações na escola. Como é evidente, cada vez mais se percebe e se dá importância à colaboração entre as famílias e a escola, tendo em vista o sucesso escolar e a formação do aluno. Contudo, essa participação dos pais é muito díspar e parece estar directamente relacionada com o nível socioeconómico e cultural dos mesmos. Será mesmo?

Torna-se evidente a necessidade de perceber de que modo se pode trazer para a escola as famílias, mas é igualmente visível a necessidade de a escola descobrir as famílias e o seu meio envolvente. Este estudo, numa óptica de Ecologia Humana, parece ter o seu espaço visando, em última análise dar indicações para que o espaço de diálogo família e escola dê frutos, formando crianças e jovens capazes de construir o seu futuro de uma forma mais plena. Para concretizar os objectivos que delineamos adoptámos o modelo de estudo de caso, baseado numa metodologia sobretudo quantitativa, fundamentada em inquéritos por questionário, focalizado nas respostas dos principais actores desta relação (encarregados de educação, professores e alunos), no que concerne à relação família/escola num determinado contexto socioeconómico e cultural. Para tal, fomos estudar, numa mesma freguesia, duas escolas públicas do mesmo agrupamento e uma instituição escolar privada.

Após a análise dos resultados obtidos, sentimos a necessidade de ir um pouco mais longe, pelo que decidimos realizar um pequeno apontamento prospectivo com base nos resultados escolares e na escolha da escola de 2º e 3º Ciclo que os encarregados de educação terão de realizar na transição de ciclo. Obviamente, como em qualquer outra investigação, este estudo permitiu diversas conclusões. Realça-se que o desinteresse dos encarregados de educação, abordado em alguma literatura, é falso, pois é patente que, nestas escolas, existe vontade de colaborar e participar, bem como de apoiar os seus educandos, independentemente de estes se sentirem ou não preparados. Ficou igualmente patente que a experiência dos professores não tem relação

directa com a participação dos encarregados de educação. Registamos, não obstante, que existe grande consenso dos actores educativos (pais, alunos e professores) quanto ao facto que o envolvimento parental na educação escolar dos seus educandos é essencial para uma verdadeira educação para a cidadania, para uma escola de valores, para uma educação participativa, no fundo para a educação contemporânea. Sublinhamos também que foi perceptível que não são os decretos ou despachos que vão envolver os pais na escola (a não ser a nível de orgânica), mas sim uma prática virada para estes. Uma cultura de escola essencialmente direccionada para pais-parceiros e não pais-clientes.

As populações actualmente evoluíram, modificaram-se. As questões de há quarenta ou cinquenta anos não são, à partida, as mesmas. Existem novas preocupações, novas perspectivas. De facto, decorreram imensas metamorfoses sociais e culturais do último meio século, tais como a alteração do estatuto da mulher e, conseqüentemente, da família, as características da população activa, o aumento do interesse pelas questões ecológicas, o fim do regime ditatorial, entre muitas outras. Simultaneamente, as mudanças ocorridas na sociedade e os avanços tecnológicos têm vindo a exigir uma qualificação académica e profissional mais elevada de todos os seus membros, fazendo aumentar a importância da escolaridade e condicionando o prolongamento do tempo obrigatório de formação académica. No final da década de 60, ao ensino obrigatório de quatro anos sucedeu-se o de seis. Já no início da década de 90, a escolaridade obrigatória passou a ser de 9 anos. Perspectiva-se, agora, novo alargamento, para doze anos. “Apesar de sabermos que o futuro é algo indistinto, será importante saber ou levantar questões, prospectivar sobre a relação família/escola e a missão de ambas as sociedades, nos contextos de futuro próximo.” (Marques 1992)

A instituição escolar tem levado tempo a adaptar-se à evolução da sociedade, embora se tenha verificado uma enorme mudança. Essa mudança, que nos remete para a questão da escolaridade universal, transformou esse espaço numa escola de massas, sem que tivessem sido introduzidas alterações substantivas na sua estrutura e na sua cultura específica. O

absentismo e o insucesso escolares são apenas alguns dos problemas que daí decorrem.

Pensamos poder mesmo afirmar que, para além da crise global e económica, hoje é tão referida, existe igualmente uma crise na educação e nas instituições escolares, que já vem de há algum tempo na nossa sociedade. Esta não é uma questão puramente associada às questões dos sistemas educativos, é mais extensa, o que, por um lado, nos obriga a lidar com ela e, por outro, a combater e tentar pensar na(s) solução(ões) do problema(s). Isto porque um dos principais factores de mudança nas sociedades, em termos culturais, económicos e sociais, é a alteração do paradigma de educação. Hoje, mais do que nunca, a educação é um instrumento que consegue rasgar velhos hábitos instalados, romper a crise da sociedade, mudar comportamentos sociais onde seja necessário ocorrer essa mudança. Desta forma, a grande questão, o grande desafio da educação, é conceber um plano que se ajuste às alterações cada vez mais complexas e imprevisíveis das nossas sociedades, bem como à forma como organizamos e reajustamos o saber.

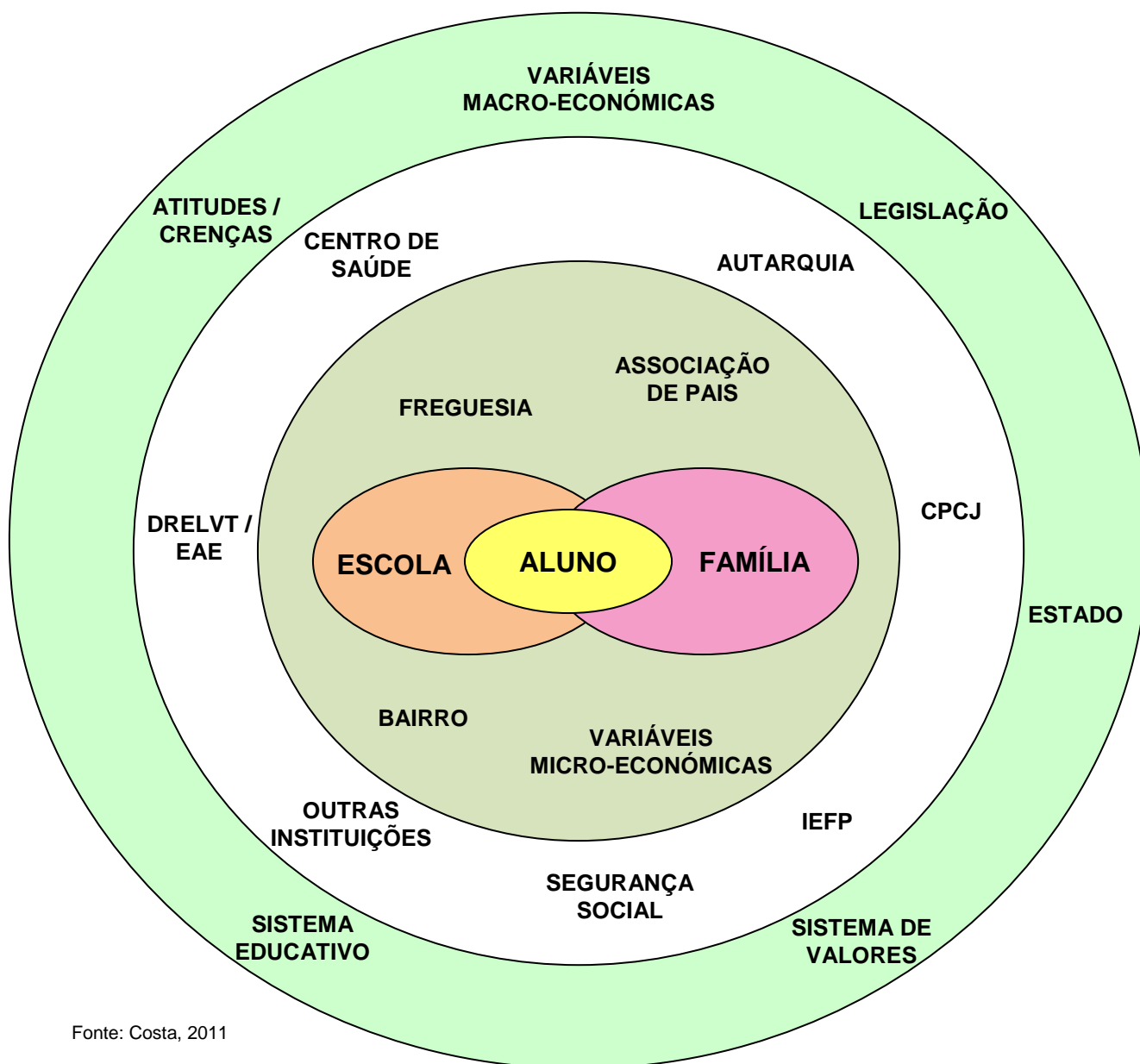
Surge, desta problemática, a importância crescente atribuída à educação e à formação das crianças e dos jovens, associada à consciência emergente do papel que a colaboração entre escola e família desempenha no seu sucesso educativo e académico. Aliás, verificamos que a própria legislação tem vindo, ao longo dos anos, a reconhecer o direito desta última a participar na vida escolar dos seus educandos e a atribuir-lhe responsabilidades crescentes a esse nível.

Ao mesmo tempo, surge paradoxalmente um problema, pois a dicotomia entre família e escola é tremendamente intrincada e nem sempre pacífica. A investigadora Armanda Zenhas coloca bem o “dedo na ferida”, ao sublinhar que a velha distribuição de funções – a família educa e a escola instrui – está ultrapassada. Assim, nem sempre é claro o que compete à escola e o que compete à família, facto que representa uma discussão em aberto. (2004:4) Também José Gimeno Sacristán (Bóia, 2003:138) vai ao nosso encontro, quando indica que “o ritmo da mudança é tal que nos dificulta a percepção da realidade (...) o âmago do trabalho intelectual deverá ser alcançar a capacidade reflexiva que nos permita ter consciência do lugar onde nos leva tudo o que fazemos.” Ainda neste diapasão, Nogueira acrescenta que “os

cientistas sociais, de um modo geral, têm concordado quanto ao facto de que novas dinâmicas sociais vêm acarretando a emergência de transformações importantes nos processos educativos (...), a relação central nesses processos é a relação entre as famílias usuárias e a instituição escolar. (2005:563).”

Apresentamos, seguidamente, um diagrama de análise, que tentará, de uma forma simples, dar uma rápida e concisa visão sobre esta temática.

ESQUEMA 1. - Diagrama de Análise



Fonte: Costa, 2011

Ao construirmos este diagrama, pretendemos ilustrar todos os intervenientes que, directa ou indirectamente, estão relacionados com a relação família/aluno/escola. Certamente, não conseguiremos enumerar todos os factores, nem instituições, que se articulam. Com a figura anterior ambicionamos tão só dar uma visão de camadas (micro, meso e macro), desta relação. No entanto, se quisermos ser um pouco mais objectivos, diríamos que este estudo centra o seu foco de observação e análise nas questões micro e macro (círculos coloridos). Significa que analisou-se as relações mais próximas da relação família/aluno/escola, bem como as questões que poderão ser estruturais para a mesma. Num paralelismo, podemos dizer que estudou-se a base e o topo de uma pirâmide.

Abordamos e tentamos entender a evolução provável de duas instituições que fizeram, fazem e farão parte indissociável do desenvolvimento das gerações vindouras - a família e a escola - uma vez que, ao longo de qualquer friso cronológico e em todos os ciclos de vida, acompanham e adaptam-se às inevitáveis mudanças da sociedade. “As transformações políticas, económicas, sociais e culturais das últimas décadas foram tão avassaladoras que deixaram uma marca indelével em todos os campos da actividade humana, pelo que tentar perceber as presentes dificuldades da escola, sem ter em conta todo este processo de mutação social, resulta de um esforço em vão. A escola não pode ignorar este fenómeno e tem de agir em conformidade, para poder disponibilizar a melhor formação possível às mulheres e homens de amanhã.” (Bóia 2003:14)

No espaço de uma ou duas gerações, as condições alteraram-se radicalmente, tanto do lado da oferta, como do lado da procura e das práticas sociais. Veja-se o sucedido nas últimas décadas. A massificação da frequência escolar, o incremento da qualificação académica dos mais jovens, a vulgarização das férias e a maior facilidade de viajar, nomeadamente no estrangeiro, por um lado, e a difusão da televisão e do livro, das tecnologias de registo e leitura de som e de vídeo, dos computadores, do acesso às redes telemáticas e às bases de dados, por outro, são aspectos que podem ser considerados, a um tempo, agente e resultado de um novo cenário. Por seu turno, as famílias transformaram-se e, hoje em dia, as crianças também se tornaram espelhos dessa mudança. Os pais tornaram-se os responsáveis pelos

êxitos e fracassos (escolares e profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade. No que diz respeito a esta dicotomia, devemos perceber que, em qualquer estudo teórico deste tema, a interpretação será sempre feita numa perspectiva mais da relação da escola para a família, ou da família para a escola, sendo sempre difícil o conceito de isenção.

No nosso quotidiano, enquanto educadores, deparamo-nos com uma realidade que não podemos deixar de encarar, a qual consiste no acto de educar e também de observar o que está ao seu redor¹. Este facto adquire uma maior relevância quando se reporta às relações entre a instituição Escola e os encarregados de educação. Mas é neste ponto que se situa o cerne de uma questão que, desde sempre, foi e será polémica dentro do sistema educativo português, como acrescenta Jorge Ávila de Lima (2002:17) “quer pela sua inexistência quer pelo carácter sensível que assume”.

As profundas mudanças sociais vigentes, iniciadas no século XIX, fomentaram sucessivas alterações na relação família/escola². Este facto é facilmente visível em novas (re)configurações familiares, novas políticas de ensino, novas questões levantadas a ambas as partes. Enfim, temas que iremos abordar atempadamente.

Entendemos ainda que o estudo da dualidade família/escola adquire maior relevância por se encontrar mais exposta aos *media*, dadas as suas estreitas ligações com as políticas educativas que incidiram na transformação dos modos de administração e gestão dos estabelecimentos de ensino, introduzindo intencionalmente um forte papel aos pais e encarregados de educação, anteriormente esquecidos no panorama legislativo. Neste momento, existe uma relação de ambivalência entre professores e pais³, pois ambos sentem o seu espaço invadido: os professores no seu campo de trabalho e os pais a responsabilidade e incerteza das novas orientações pedagógicas, uma

¹ Esta noção de envolvimento é a ideia chave da Ecologia.

² Reconfiguração da relação família escola, designação utilizada por Pedro Silva e Stephen Stoer

³ A utilização do termo pais é feita no sentido genérico, uma vez que a utilização do vocabulário Encarregados de Educação seria pouco prático e omitia claramente aquilo que são, ou seja, pais, na sua maioria.

vez que estão pouco esclarecidos relativamente ao novo modelo de gestão⁴. E evocamos aqui Karl Popper⁵, para quem o grande problema da escola actual radica no facto de muitos professores nela se sentirem como prisioneiros, possuídos por sentimentos de infelicidade que inevitavelmente se transmitem aos alunos, tornando-os eles próprios infelizes e amargos. Melhorar a escola passa, então, pela construção de uma comunidade de gente feliz e com qualidade de vida e bem-estar.

Neste diapasão, Capucha (2008) defende que “a escola pública e a escolaridade obrigatória foram, sem dúvida, das melhores invenções da modernidade. Elas foram e são, um dos principais vectores de desenvolvimento, de crescimento, de qualidade social, de democracia e liberdade. Exige-se hoje que a escola seja para todos, na prática e não na lei, seja durante mais tempo, quer dizer, requerer-se o prolongamento de todos (isto é, de cada um), na escola, seja para aprender mais coisa, não apenas no plano dos saberes disciplinares e não disciplinares, mas também no plano das atitudes, das competências, dos valores, dos requisitos relacionais e critérios necessários à participação social e laboral; faça tudo isso sem qualquer tipo de discriminação.”

Na realidade as mudanças foram desencadeadas a partir do Decreto - Lei n.º 172/91 (Lei de Bases do Sistema Educativo), que deu início à preconização dos encarregados de educação como membros de pleno direito nas escolas (nomeadamente em conselhos escolares, conselhos pedagógicos, assembleia de escola). “A escola deve incluir os pais e os alunos nas estruturas participativas e na experiência pedagógica quotidiana. Essa é também uma exigência da Lei de Bases” (Marques 1991) Torna-se claro que é totalmente impossível entender o acto da educação e as aprendizagens sem estabelecer pontes com o que rodeia a escola. E é neste ponto que entendemos ser relevante darmos a este tema um enquadramento na perspectiva ecológica, para assim estabelecer relações e saber quais os pontos-chave da relação Escola/Família. Nesta óptica, a escola por si só não será capaz de vencer a luta para o sucesso educativo. Torna-se necessário o

⁴ O Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, deu início a uma nova etapa e deu um novo impulso à participação dos pais na escola, bem como provocou uma maior abertura da escola à comunidade educativa.

⁵ Autor abordado em Canário, Rolo & Alves (1998)

apoio das famílias e das instituições comunitárias. Ramiro Marques (1997) adianta a propósito que “quando os pais e professores colaboram mutuamente, as escolas ganham porque se aproximam das comunidades e podem contar com apoios adicionais (...), os alunos e famílias ganham porque melhora o aproveitamento escolar dos alunos e os pais mais bem informados acerca da educação e da escola”. A articulação entre a escola e as famílias reveste-se de complexidade, de cooperação e de conflito, omnipresente em todas as relações. (Silva 2002)

No entanto, não podemos empobrecer este tema ou o debate, reduzindo-o apenas à Escola e aos Pais. Existem associados outros actores, tais como as crianças/jovens, as associações de pais, as autarquias e a comunidade em geral. Significa, portanto, do ponto de vista ecológico, que todos os diferentes tipos de ligações entre os universos, contribuem para um fim, o de educar o centro desse universo, ou seja, o aluno. Como já foi referido, consideramos que actualmente existe um défice de comunicação entre a Escola e a Família, o que impede, na maioria das escolas portuguesas, o desenvolvimento de laços de colaboração e acaba por reflectir-se de modo negativo, quer no desempenho dos alunos, quer no dos professores, privados de informações importantes que só a família lhes pode fornecer. “Estamos perante uma relação que tem vindo a ser alvo de uma crescente regulação social, a qual tem suscitado interrogações várias.” (Stoer & Silva, 2005: 14).

As Reformas Educativas que se fizeram até hoje têm contribuído para a felicidade de poucos. As razões dessa insatisfação parecem-nos radicar na falta de dinâmica e de identidade interna de escola entre pais e professores. Mas, este negativismo só poderá atenuar-se ou até findar, no caso de haver uma enorme mudança em vários aspectos, tais como, a mentalidade e atitudes face à escola e às famílias, designadamente a criação de programas de envolvimento dos encarregados de educação voltados para o multiculturalismo⁶, por exemplo. Nos tempos mais recentes tem havido, a nível internacional, uma maior abertura da escola ao exterior, através da multiplicação e diversificação das suas formas de contacto com as famílias,

⁶ Quanto a esta ideia, Marques (1991) salienta a importância de “abrir as escolas aos pais, proporcionar comunicação frequente, tratá-los como verdadeiros membros da comunidade educativa e dar-lhes a conhecer o currículo escolar”; Silva (1994) acrescenta que Escola/Família são “esferas de interferências mútua que devem ser aprofundadas”

desde a presença de representantes dos pais nos órgãos de gestão, às sessões formativas, aulas abertas, exposições, noites recreativas e até piqueniques. (Lima, 2002)

Grande parte das políticas destes últimos anos, respeitantes à relação da escola com a comunidade e com as famílias, em Portugal, têm sido orientadas no sentido de tentar modificar este estado de coisas. Parece-nos, portanto, necessário estudar essas relações dinâmicas, pois “a educação moderna é portadora da promessa de libertar o homem das limitações e circunstâncias da sua origem, que não são percebidas como imutáveis, mas que podem ser superadas pela educação.” (Bóia, 2003:142) Digamos mesmo que “hoje, mais do que nunca o discurso da escola afirma a necessidade de se conhecer a família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre a sua própria acção educacional e a da família. E o meio privilegiado para a realização desses ideais pedagógicos será - ao menos no plano do discurso – o permanente diálogo com os pais. (Nogueira, 2005:573)”

Ao nível da investigação em Ciências da Educação regista-se um interesse crescente em saber se os pais estão contentes com a escola que os filhos frequentam, se consideram que a informação que recebem sobre o seu progresso académico e o seu comportamento é satisfatória. Parece-nos, assim, importante, à luz da ecologia humana, saber qual a participação no processo educativo ou, se quisermos, o envolvimento entre a Escola e as Famílias, mais concretamente no 1º Ciclo, uma vez que é onde se inicia o processo de educação, que deveria ser também uma formação para uma cidadania consciente. Acresce aí existir claramente uma maior participação entre encarregados de educação e a escola, em relação aos outros ciclos.

Após esta pequena resenha, consideramos importante observar a relação família/escola, numa visão de ecologia humana, observando duas realidades. Decidimos tentar perceber o acto de educar, baseando-nos na apreensão das ligações específicas que existem em duas realidades opostas de primeiro ciclo (duas escolas públicas inseridas em bairros sociais uma escola de cariz privada), da margem sul da AML. As instituições estudadas (públicas *versus* privada) serão à partida bastante diferentes entre si, quer a nível socioprofissional dos encarregados de educação, quer ao nível da

tipologia de aluno. Nestes dois contextos diferenciados, é nosso propósito tentar verificar como se pode estabelecer e fortalecer relações família/escola, com vista a ajudar a conduzir o aluno para o sucesso escolar efectivo e interiorizado, bem como indicar uma perspectiva de mudança destas relações.

Nestes pressupostos apresentamos um trabalho desenvolvido em duas grandes vertentes. A primeira, de fundamentação teórica, onde se irá realizar o enquadramento teórico da temática escolhida. A segunda, destinada ao estudo de caso/trabalho de pesquisa, onde se define a metodologia utilizada, bem como a apresentação, análise e interpretação da pesquisa efectuada sobre a relação Família/Escola no 1ºCiclo do Ensino Básico, numa perspectiva ecológica. Far-se-á também uma pequena prospectiva dos resultados escolares, partindo do princípio de que os alunos que transitam de ciclo permanecem no Agrupamento de Escolas. Por fim, serão apresentados e discutidos os resultados e as conclusões do estudo efectuado, bem como algumas recomendações para uma maior efectividade das relações entre encarregados de educação e a escola, para um verdadeiro sucesso educativo das nossas crianças, pois é para isso que foi concebido o acto de educar.

No estudo efectuado foi patente que, apesar das grandes mudanças ocorridas principalmente nos países industrializados desde o início do século XX, em termos sociais e políticos, o modelo ou paradigma que ainda vigora nas nossas escolas numa sociedade pós-industrial é o modelo fordista ou da escola transmissiva, que assenta sobretudo em processos mecânicos de memorização quer de temas, quer de operações. No entanto, parece-nos que, gradualmente, a escola construtivista começa a estabelecer algumas regras e a assumir maior preponderância nas nossas escolas.

Para uma sociedade que se quer realmente moderna, virada para uma cidadania responsável e para um comprometimento individual, este será o caminho, pois exige um pensamento reflexivo, empreendedor, dando uma maior ênfase à relação com as instituições, valorizando a autonomia do aluno e a sua responsabilização quanto ao seu processo de aprendizagem, não tendo, portanto, atitudes passivas face aos saberes e aos valores.

As conclusões deste estudo, que foram traçadas empiricamente a partir do estudo de caso e que irão ser elaboradas e descritas seguidamente assentam em três grandes pilares. O primeiro deles tem analogia com a

resenha bibliográfica. Num segundo, apontamos para as respostas encontradas pelo nosso estudo. O terceiro leva-nos à avaliação do nosso trabalho, das potencialidades e limitações do mesmo e, conseqüentemente, levando a hipóteses e pistas metodológicas para posteriores trabalhos.

Salientamos de antemão que estas conclusões não pretenderam esgotar o problema em análise, nem constituem um guião ou modelo generalizável. Trata-se apenas de um estudo único com as suas particularidades, mas que no fundo ambiciona ligar as conclusões aos contextos investigados e aos seus modos de vida e, assim, perceber as lógicas de acção que podem vir a ser necessariamente alteradas ou adaptadas noutros contextos.

Nesta relação *Família/Escola – duas realidades: uma visão de Ecologia Humana*, foram desenvolvidos esforços em agregar uma literatura diversificada, certamente não muito extensa mas claramente objectiva, tendo em vista o objecto da investigação e as hipóteses. Este tema, como afirmámos, tem vindo a despertar um maior interesse nos investigadores⁷, em Portugal, embora não nesta perspectiva mais lata e abrangente em diversas áreas do saber, como é a Ecologia Humana. A importância crescente desta temática é bem evidente com o acréscimo, nos últimos tempos, de legislação relativa à participação das famílias nos percursos escolares dos alunos e na vida da escola.

Podemos ainda salientar, da análise bibliográfica realizada, a tipologia de Epstein, que é um instrumento facilitador para que as escolas possam orientar o crescimento de programas de envolvimento e de colaboração com as famílias e com a comunidade, permitindo, como observámos, fazer um diagnóstico da situação existente na escola, analisar os obstáculos, as estratégias de colaboração e os recursos disponíveis, traçar um plano de acção alicerçado que, por sua vez, desenvolve ligações com a comunidade onde está localizada.

Valorizámos também, no nosso estudo, as observações efectuadas por diferentes autores, relativamente às variações de participação dos pais, de acordo com a sua condição socioeconómica. Mais do que do estatuto

⁷ A relação família/escola tem sido objecto de estudo de diversas teses de mestrado e de doutoramento, principalmente nestas duas últimas décadas.

socioeconómico e das habilitações literárias dos pais, a influência da família na aprendizagem escolar depende das actividades e atitudes promotoras de aprendizagem que eles desenvolvem e têm com os filhos. O carácter modificável dessas atitudes acentua a pertinência e a importância da colaboração entre a escola e a família (Villas-Boas, 2001). É certo que, nas últimas décadas houve uma proliferação de publicações confirmando os resultados positivos da colaboração família/escola, bem como a produção de legislação que a favorece. No entanto, não nos parece ter havido um grande reforço efectivo da participação parental nas escolas nem das práticas dos estabelecimentos de ensino para o conseguirem.

Com base no que já foi abordado, quer em termos teóricos, quer em termos de estudo de caso, acreditamos que o aluno pode e deve ser o principal condutor da relação entre a escola e a família, porque ele é o ponto de focagem para ambas. O aluno, voluntária ou involuntariamente, contribui para facilitar/aproximar ou dificultar/afastar a família e/ou a escola do processo educativo, conforme as suas percepções e os seus afectos sejam positivos ou negativos.

Esta investigação⁸, que tem como base os inquéritos por questionário, tem uma natureza sobretudo quantitativa, opção que se mostrou igualmente adequada, porque permitiu otimizar a compreensão deste caso. Este estudo revelou diversos aspectos importantes para uma boa relação ecológica entre a Escola e a Família. Aspectos esses que foram determinantes para a visão prospectiva desta tese, na qual este assunto se desenvolveu. Com base na apresentação dos aspectos teóricos e dos aspectos práticos dos temas levantados no âmbito da problemática desta dissertação, iremos apontar agora algumas respostas para as questões que surgiram.

Actualmente, constatamos que existe uma enorme falta de comunicação entre Família/Escola, independentemente das classes sociais (mas sobretudo entre os de menores rendimentos e/ou menor formação académica), talvez pela inoperância das reformas educativas, pelo negativismo, pelo medo recíproco, enfim, por um sem número de questões associadas. No entanto, é

⁸ Optámos pela investigação com base no estudo de caso, porque esta cobre as condições contextuais, e não apenas o fenómeno em estudo, considerando fontes de informação múltiplas e aprofundando apenas a compreensão do caso e não a sua generalização.

evidente que tudo isso pode sofrer alterações, desde que existam programas de envolvimento parental voltados para o multiculturalismo.

Uma das conclusões mais evidentes deste estudo radica na rejeição de algumas ideias relacionadas com o desinteresse dos encarregados de educação, pois é patente que nestas escolas os pais manifestam vontade de colaborar e participar, bem como de apoiar os seus educandos, independentemente de se sentirem ou não preparados. No entanto, apesar dos esforços dos docentes, pensamos que poderiam ser criadas condições para que houvesse ainda uma maior aproximação entre os docentes e os encarregados de educação. Sabemos que só se caminha caminhando, por isso acreditamos que as raízes estão nas escolas. Falta apenas algo que as faça surgir com força.

Outro aspecto relevante prende-se com a experiência dos docentes. Neste estudo ficou patente que a experiência dos professores não tem relação directa com a participação dos encarregados de educação. Aliás, ficou visível que é na escola onde existe uma maior experiência dos professores se regista uma menor percentagem de participação das famílias na escola.

Outra das conclusões, e em relação às quais existe grande consenso dos actores educativos (pais, alunos e professores), é que o envolvimento parental na educação escolar dos educandos é considerado unanimemente como essencial para uma verdadeira educação para a cidadania, para uma escola de valores, para uma educação participativa, no fundo, para a educação contemporânea. Como revela Pedro Silva (2002), “os pais, independentemente da sua profissão e da sua condição de classe e género, são, antes de mais, educadores. A interacção pais/professores situa-se na encruzilhada da educação escolar com a educação familiar. No meio escolar regista-se muitas vezes este “esquecimento” de que os pais são agentes educativos e de que se pode contrapor uma pedagogia familiar a uma pedagogia escolar. Por outro lado, e tal como os professores, os pais são também cidadãos. Se a estes factos acrescentarmos o de que pais e professores se preocupam com o bem-estar e a formação das mesmas crianças/jovens, parece não se encontrarem motivos fortes para negar uma relação de cooperação.”

No entanto, existem dificuldades em pôr esta “máquina” a trabalhar. De acordo com alguns dos intervenientes, os professores realizam a prestação de

um serviço, os pais são os clientes e os alunos tornam-se os utilizadores do mesmo. Apesar de esta realidade estar ainda presente em algumas cabeças, não é o denominador comum. Nas escolas deste estudo de caso, apurou-se que, pelo menos, já se iniciou o trabalho para uma relação de mútua aprendizagem entre parceiros educativos, ou seja, foram dados os primeiros passos para uma cultura de parceria. Mais valor tem esta afirmação relativamente às escolas públicas, se tivermos em conta que elas envolvem uma população socialmente muito diversificada.

Se nos parece evidente o que os intervenientes se receiam, a verdade é que, quando existe cooperação numa perspectiva de multiculturalidade, esses medos atenuam-se, passando a haver plataformas comuns de entendimento, que convergem num mesmo fim: o acto de educar.

Destaca-se também a inoperância da teoria face a uma praxis de quotidiano. Não são os decretos ou despachos que vão envolver os pais na escola (a não ser a nível de orgânica, ou seja no “papel”), mas sim uma prática virada para estes, uma cultura de escola essencialmente direccionada para pais parceiros e não pais cliente. O investigador Bronfenbrenner (Ministério da Educação, 2000) confirma esta ideia, ao referir que se tornam necessárias políticas e práticas que proporcionem a ocasião, o estatuto, o encorajamento, o exemplo e a aprovação das famílias para que essa aproximação seja duradoura.

Neste estudo, foi para nós igualmente visível que, nas escolas públicas, os níveis de escolaridade, a situação profissional, o rendimento dos encarregados de educação, bem como alguma das suas observações face à escola, são características das classes mais desfavorecidas. Isto é, os encarregados de educação vêm a escola com altas expectativas, quer em relação ao futuro dos seus filhos, quer em mais práticas de co-produção. Noutros aspectos/actos e formas de interacção com a escola, apontam claramente para uma classe média. Senão vejamos. Estes pais demonstraram, nos inquéritos, estar um pouco informados do processo organizativo da Escola, da legislação que implica a sua participação, bem como do papel do professor na formação do seu educando. Tudo isto acontece porque a realidade assenta numa maior proximidade (quer física, quer humana) entre a Escola e as Famílias. Logo, estas últimas tomam consciência do processo ensino

aprendizagem de uma forma diferente, tornando-se mais interventivas, mais atentas a uma nova realidade ao nível de escola. Digamos que os pais encontraram o caminho para uma relação de parceria, de envolvimento parental significativo. De salientar que sentem necessidade de estarem representados em associação de pais, de forma a serem ouvidos e mais bem interpretados.

Para que se expanda esse caminho que aparentemente se está a percorrer nas diferentes escolas, deverá haver a preocupação de encontrar formas da manutenção dos aspectos positivos de integração das famílias na escola, bem como de desenvolver novos esforços para que, de uma forma concertada, todos os intervenientes criem uma verdadeira parceria, onde cada um saiba perfeitamente qual o seu papel interventivo, com o fim último de proporcionar aos alunos um ensino mais significativo, mais coerente, mais rico de valores. Em duas palavras, sucesso escolar. Fica, portanto, claro que, independentemente da classe social e/ou situação profissional das famílias, os resultados são sempre positivos para os intervenientes, desde que haja vontade de cooperar entre as partes.

Ao encontro desta última ideia, e numa linha de pensamento prospectivo, acreditamos que, no caso de se manter ou até de se desenvolver esta e outras parcerias, os alunos, pelo menos na sua maioria, certamente irão obter maior sucesso escolar, bem como maiores possibilidades futuras em conseguir êxito ao nível profissional e académico. Este sucesso poderá ser quebrado no momento da passagem para o 5º ano de escolaridade, por vários factores, tais como uma nova perspectiva de escola, novas realidades e dificuldades na gestão de conflitos. Enfim, múltiplos factores de índole diversa poderão inquirar a realidade actual. Por isso, sugerimos a criação de parceria com a escola que irá acolher as crianças que transitarem para o 5º ano, para assim continuarem a desenvolver uma filosofia que tem fomentado bons resultados, nos aspectos da participação dos pais na vida escolar, que aqui demonstramos serem essenciais quer teoricamente, quer no estudo prático.

A partir do pressuposto de que a educação é um serviço e um direito, podemos ser induzidos numa leitura breve e numa perspectiva de mercado e concluir que as classes socioeconómicas mais desfavorecidas são as mais prejudicadas. No entanto, com esse propósito, consideramos que,

independentemente da condição socioeconómica dos agregados familiares, todos poderão beneficiar do mesmo desígnio. Contudo, para a realização deste pressuposto defendemos as seguintes ideias:

- Melhoria da formação dos docentes tendo por base o projecto educativo da escola/agrupamento.
- Criação de soluções tecnológicas em contexto de sala de aula, de modo a cativar a população escolar.
- Incentivo ao envolvimento individual dos pais na aprendizagem dos filhos, contratualizando metas/objectivos a cumprir por professores, pais e alunos.
- Redimensionamento das salas de aula e de outros espaços escolares, tendo em vista as necessidades actuais da população estudantil.
- Redução do número de alunos por turma no 1º Ciclo (mínimo de 16 alunos e máximo de 20) ou turmas de 25 alunos onde o professor titular de turma seja coadjuvado por colegas “especialistas” em áreas mais específicas.
- Aumento do poder de decisão das direcções dos agrupamentos de escolas para a implementação de metas e objectivos, tendo em vista a melhoria dos resultados escolares.
- Avaliação interna e externa das escolas/agrupamentos, tendo em vista a melhoria dos resultados escolares. Neste sentido, já foram publicadas para consulta pública no site da Inspeção Geral de Educação os resultados da avaliação externa de diversas escolas/agrupamentos, tendo como base a avaliação interna realizada pelas mesmas, bem como as entrevistas e painéis de discussão realizadas pelos inspectores aos diferentes agentes educativos⁹.
- Avaliação generalizada do trabalho dos docentes, tendo em vista a melhoria dos resultados escolares. Neste âmbito “o verdadeiro ensino pressupõe o conhecimento dos alunos, dos seus percursos individuais e das formas mediante as quais eles pretendem aprender. Envolve também oportunidades para professores poderem aprender uns com os outros, avaliar os resultados do seu trabalho e criar práticas pedagógicas inovadoras.” Linda Darling-Hammond (Bóia 2003, 134).
- Envolvimento verdadeiro e pleno com a comunidade e, principalmente, com os encarregados de educação e suas famílias. Para tal, defendemos a criação

⁹ Tais como encarregados de educação, docentes, pessoal não docente, alunos e outros elementos da comunidade educativa (autarquias, empresas, colectividades, etc.)

nas escolas/agrupamentos de um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, que deverá ser implementado nas mesmas por uma Associação de Pais, ou outra organização sem fins lucrativos, tendo como base orientar e potenciar a solução de problemas, quer de alunos, quer das suas famílias, com apoio de técnicos especializados, numa lógica de rede social de apoio. Esses problemas podem ser de cariz social (toxicoddependência, desemprego, delinquência, doenças infecto-contagiosas, etc.) ou de cariz mais escolar (absentismo e/ou abandono escolar precoce, necessidade educativas especiais, orientação profissional e escolar, indisciplina, *bullying*, etc.). Acreditamos que é numa cooperação desta ordem e entre todos os envolvidos no processo educativo que está a chave para a melhoria, quer dos resultados escolares, quer de uma verdadeira inclusão. Temos consciência de que estes problemas identificados, na sua maioria, não são oriundos da escola, mas revelam-se nela, por isso só com uma intervenção de todos e para todos é possível atenuar estas diferentes situações problemáticas.

- Formação parental e formação para docentes nesta área. A este respeito, Diogo (2002) sugere: “Tudo isto aponta para a pertinência de se intervir, designadamente através da formação de professores e de projectos de investigação acção, nas escolas, no sentido de reestruturar as representações quer das famílias das classes populares, acerca do seu próprio envolvimento, quer dos professores, acerca do envolvimento dessas.” Ainda na mesma orientação desta última investigadora, será também necessária a intervenção ao nível da formação dos pais. Isto é, ao longo do ano lectivo deverão ser desenvolvidos, na escola, colóquios e outros tipos de acções, de modo a que as famílias se envolvam mais e entendam melhor a orgânica educativa.

Na sequência do raciocínio que temos vindo a desenvolver até ao momento, queremos ainda abordar um documento que, na nossa óptica, é essencial para a implementação destas ou de outras medidas e recomendações: o Projecto Educativo de Escola/Agrupamento. Com efeito, o Projecto Educativo é o único documento em cuja elaboração pode e deve intervir toda a comunidade educativa, reconhecendo e validando os valores e princípios educativos essenciais para aquela comunidade, assim como as linhas orientadoras e de actuação em termos organizacionais e metodológicos para se conseguir uma melhor educação para aquela população identificada.

Definitivamente, o Projecto Educativo é o grande marco de que a comunidade educativa dispõe para traçar as linhas educativas que fomentam e direccionam a participação e a inclusão, independentemente se a escola é pública ou não.

Este projecto não é uma ferramenta burocrática, antes se reveste de um significado essencial, pois a partir dele são lançadas directrizes para outros documentos, como o projecto curricular de escola/agrupamento, o projecto curricular de turma, o plano de actividades, a planificação de aulas, o regulamento interno, etc. Por isso, é imprescindível a participação de todos, de modo a dar sentido às necessidades da comunidade educativa. Desta forma, sairá certamente uma relação família/escola muito mais profícua. Por conseguinte, seria conveniente que cada escola/agrupamento, considerando a especificidade dos alunos e dos seus contextos familiares, construísse uma política de colaboração família/escola, incluindo-a verdadeiramente no seu projecto educativo.

Lançadas algumas das ideias que quisemos deixar, à laia de considerações finais da presente investigação, não podemos terminar sem apontar algumas das suas limitações, com um propósito também pedagógico, já que elas poderão vir a constituir pistas de trabalho com potencialidade para futuros estudos nesta área.

Consideramos que um risco inerente a este estudo se prendia com alguma imparcialidade, que julgamos ter conseguido evitar, pese embora ela possa imperceptivelmente aos nossos olhos perpassar em algumas partes do texto final. No entanto, em toda a pesquisa bibliográfica e opções metodológicas, tentámos ser tão rigorosos quanto possível, de modo a não influenciar o tratamento e, sobretudo, as ilações decorrentes da informação tratada. Salientamos alguma dificuldade sentida, derivada à nossa experiência profissional e pessoal, enquanto professor, enquanto homem e enquanto pai.

Outro aspecto que poderá ter sido menos conseguido relaciona-se ainda com questões metodológicas, já que, conforme referimos anteriormente, o estudo de caso de natureza qualitativa não permite a generalização das conclusões obtidas ao universo escolar e familiar, em termos regionais e, muito menos, à escala nacional.

Por fim, um terceiro aspecto limitativo prende-se com a concretização de todos os objectivos traçados, uma vez que, em relação a qualquer um deles,

teria sido possível ir um pouco mais além. A nossa opção por privilegiar uma perspectiva geral sobre as relações entre família e escola, em detrimento de uma problemática mais circunscrita, deixa um inevitável sentimento de insatisfação, que pretendemos poder vir a colmatar em futuras investigações, a título individual ou integrados em equipa.

Deixamos duas reflexões. O reforço das relações entre a escola e a família, entre pais e professores, aumenta as capacidades de actuação de ambas as partes em benefício daquilo que importa: a educação e o aluno, pois não existe educação sem alunos. “A colaboração, se não tiver por base o levantamento das características socioeconómicas e culturais da população escolar e não contemplar uma oferta diversificada de actividades que procure adequar-se aos diferentes extractos dessa população, poderá dirigir-se apenas a um público de classe média, contribuindo para acentuar ainda mais a clivagem existente entre as famílias mais desfavorecidas e a escola.” (Marques 1992). A nossa outra ideia prende-se com a noção de escola inclusiva. Para nós, a escola só é inclusiva se deixar de ser inclusiva apenas dentro de portas e passar a incluir a comunidade envolvente.

Terminamos estas considerações, focando a génese deste estudo, ou seja, a Ecologia Humana, pois o mesmo só foi possível tendo em conta a visão que esta ciência incute nos campos de estudo. Sem dúvida nenhuma, com este tipo de abordagem conseguimos avançar em vários caminhos, tendo como objectivo último perceber as diversas relações entre a escola e a família, de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos. Numa linguagem mais poética, a Ecologia Humana é a foz de um rio, onde ribeiros e lagoas (outras ciências) confluem, para o seu fortalecimento. Neste caso, para uma melhor compreensão da relação dicotómica entre a família e a escola. Ainda numa linguagem “hidro-ecológica”, para ganhar pulso e aprofundar o tema, tivemos de conhecer os principais sistemas a montante e a jusante, para sabermos lidar com a biodiversidade (cultural, económico-social) existente. Assim, ao irmos buscar várias abordagens de outros estudos e de outros espectros científicos, cremos ter tornado este estudo um pouco mais consistente.

Relembramos ainda que o mais importante em torno desta problemática é a criança. Se acreditarmos que ela está e estará em primeiro lugar, não haverá sem dúvida entraves para o seu sucesso, para a sua felicidade. O

problema é que, numa sociedade cada vez mais competitiva, mais egocêntrica, torna-se cada vez mais difícil ser família, ser criança, SER...

BIBLIOGRAFIA

BÓIA, José (2003). *Educação e Sociedade – Neoliberalismo e os desafios do futuro*, Edições Sílabo, Lisboa.

CANÁRIO, Rui; ROLO, Clara & ALVES, Mariana (1998). *A Parceria Professores/Pais na Construção de uma Escola do 1º Ciclo – estudo de caso*, Ministério da Educação – Comissão Europeia, Lisboa.

CAPUCHA, Luís (2008). *Educação Especial – Manual de Apoio à Prática*, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação, Lisboa.

COSTA, Helder (2010).

DIOGO, Ana Matias et Al (2002). *Pais e Professores um desafio à cooperação*; Colecção em foco, págs. 283-313, Edições Asa, Porto.

LIMA, Jorge Ávila de (2002). *Pais e Professores um desafio à cooperação*; Colecção em foco, págs. 7-21, 133-170, Edições Asa, Porto.

MARQUES, Ramiro (1991). *A Escola e os Pais – Como colaborar?*, Colecção Educação Hoje, Texto Editora, Lisboa.

MARQUES, Ramiro (1992). *A direcção de turma, integração escolar e ligação ao meio*, Texto Editora, Lisboa.

MARQUES, Ramiro (1997). *Professores, famílias e projecto educativo*, Edições Asa, Porto.

ODUM, E. P. (2001). *Fundamentos de Ecologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2000). *Uma visão prospectiva da reflexão Escola/ Família/ Comunidade- criando parcerias para uma aprendizagem de sucesso*, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

NOGUEIRA, Maria Alice (2005). *A relação família/escola na contemporaneidade: fenómeno social/interrogações sociológicas*, *Análise Social*, vol. XL (176), 563-578, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais

SILVA, Pedro (1994). *Inovação – Educação e Família*, Vol.7, Nº3, págs.307-355, I.I.E. – Ministério da Educação, Lisboa.

SILVA, Pedro (2002). *Pais e Professores um desafio à cooperação*; Colecção em foco, págs. 97-128, Edições Asa, Porto.

ZENHAS, Armanda Martins (2004). *A direcção de turma no centro da colaboração entre a escola e a família*, Mestrado em Formação Psicológica de Professores, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Braga.